



EDIÇÃO FECHADA EM 08/11/2013



FOTOS: SAMUEL TOSTA E RAFAEL GONZAGA

REDE MUNICIPAL DO RIO FEZ UMA DAS MAIORES GREVES DA SUA HISTÓRIA

A greve da rede municipal do Rio de Janeiro em 2013 foi uma greve histórica. Não somente pelo número dos dias paralisados, 69 ao todo, somadas as duas fases da greve. Mas, sobretudo, pela qualidade da sua luta, pelo envolvimento, pela paixão e pela disposição de todos os profissionais da educação e também pelo apoio da comunidade escolar e de amplos setores da sociedade carioca.

Esta greve é histórica porque colocou na agenda da sociedade carioca, e podemos afirmar com mais ousadia: na agenda política do país, o debate sobre a educação pública e de qualidade e sobre a valorização do profissional da educação.

Assim, a população percebeu que a greve ia além da pauta salarial. Ela discutia o não investimento devido das verbas existentes na educação. Ela debatia, principalmente, o tipo de educação que estava sendo oferecido aos

filhos das classes populares e trabalhadoras da cidade por esta prefeitura.

Categoria sempre se mostrou aberta ao diálogo

A greve protagonizou uma verdadeira onda de lutas neste segundo semestre com passeatas grandiosas e atos que aconteciam praticamente todos os dias pelos bairros. Quando foi necessário, a categoria ousou. E radicalizou. Ocupou a câmara dos vereadores. Não teve medo da repressão, e enfrentou o horrendo espetáculo de arbitrariedade e de ilegalidade promovido pelos governos estadual e municipal através da polícia militar. Desta forma, a greve colocou em xeque a gestão do prefeito Eduardo Paes e da secretária Claudia Costin na Educação, desmascarando as campanhas publicitárias, nas

quais a educação no Rio era um paraíso de eficiência e de qualidade. Também conseguimos mostrar os males que a política da meritocracia causa na educação municipal.

Mesmo assim, a greve realizada pelos professores e funcionários do município do Rio buscou a negociação com a prefeitura em todos os momentos; a greve também utilizou, sempre que foi necessário, o sistema judicial para a defesa dos profissionais dos ataques do Executivo. Inclusive, o nosso movimento foi tão importante e massivo que, pela primeira vez, uma greve do serviço público municipal foi discutida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – discussão esta que ocorreu, temos que lembrar, a partir da iniciativa do Sepe.

No dia 25 de outubro de 2013, a greve foi suspensa. E retomamos o Estado de Greve para apontar, de forma inequívoca, que a luta agora continua.

A verdade sobre o PCCR da prefeitura



PM cerca Câmara de Vereadores e age com truculência contra profissionais da educação, manifestantes e população em geral - tudo isso para aprovar o plano de carreira da prefeitura

A aprovação do PCCR (Lei nº 442) de Paes pela Câmara de Vereadores, por toda a violência que as autoridades de segurança promoveram contra o livre direito de manifestação e o verdadeiro estado de sítio no entorno da sede do Legislativo, certamente ficará marcado na história do autoritarismo contra os movimentos sociais no Rio de Janeiro. Além da imposição de um plano que não contou com a participação dos seus principais interessados – os profissionais de educação – o prefeito mandou publicar um encarte nos jornais de grande circulação ao custo milhares de reais para fazer propagan-

da enganosa e desviar o foco da população sobre a verdadeira face do seu projeto. Veja a análise do Sepe sobre o PCCR aprovado por Eduardo Paes e as mentiras da sua propaganda:

1) O plano enviado pela prefeitura só foi aprovado, no dia 1º de outubro, porque o Centro do Rio foi ocupado pela polícia militar, a pedido da prefeitura e dos vereadores da base do governo. A polícia impediu a livre manifestação dos profissionais de educação e dos manifestantes, atuando de modo truculento e ditatorial.

2) A prefeitura não apresentou, como havia se comprometido, a

proposta do plano para o Sepe, antes de enviá-la à Câmara de Vereadores para ser votado. Ou seja, a prefeitura só discutiu o plano com os vereadores que apoiam o governo, e a portas fechadas.

3) A suspensão da greve da categoria estava subordinada ao estabelecimento de um Grupo de Trabalho (GT) entre a prefeitura e o Sepe para discutir uma proposta de plano de carreira com um mínimo de acordo, tendo como base um plano unificado e a valorização por formação dos profissionais. Mas a prefeitura não implementou o GT e mandou a sua proposta direto para os vereado-

res da base de apoio.

4) A greve colocou na agenda política do país, o debate sobre a educação pública e de qualidade e sobre a valorização do profissional da educação.

5) Os profissionais de educação das escolas municipais agradecem o apoio da comunidade escolar e da sociedade à greve da categoria. A luta por uma educação pública de qualidade continua, com as seguintes reivindicações mais importantes: construções de escolas e creches; climatização das salas de aula de todas as escolas; autonomia pedagógica das escolas (eleição direta para diretor de escola); redução do número de alunos por turma; fim do professor polivalente; fim da meritocracia; fim da privatização da rede; aplicação na educação da totalidade das verbas previstas em lei; paridade salarial integral para os aposentados; 1/3 da carga horária livre para planejamento de aula, como manda a lei federal 11.738.

Boletim do Sepe

Boletim do Sepe - Rede Municipal é uma publicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Fundado em 16 de julho de 1977
Sede central: Rua Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-040
Tel.: 2195-0450
www.seperj.org.br
Secretaria de Imprensa do Sepe/RJ
Tiragem desta edição: 20.000

Veja as conquistas da greve na rede municipal

ANTES DA GREVE: APENAS UM REAJUSTE SALARIAL DE 6,75%.

DEPOIS DA GREVE:

- 1) Reajuste de mais 8%, totalizando 15,3% - para todos os profissionais, incluindo aposentados e pensionistas.
- 2) Revogação da Circular E/SUBG/CGG (GRH Nº2 de 10/05/2012), que acabava com o DIREITO DE ORIGEM.
- 3) A REESTRUTURAÇÃO das escolas só poderá se efetivar após a concordância da comunidade escolar, que deverá ser consultada e decidir sobre a questão (Resolução 1259).
- 4) Ficou assegurado que os CADERNOS PEDAGÓGICOS serão usados apenas pelos professores que manifestarem sua intenção em usá-los (Resolução 1258).
- 5) Acelerar imediatamente a climatização das escolas (Resolução 1260). Em 2013, antes da greve, estavam previstas que somente 65 escolas seriam climatizadas. Este número dobrou, passando para 130.
- 6) O VENCIMENTO-BASE de Merendeira, Agente Auxiliar de Creche, Agente Educador II, Inspetor de Alunos, Servente e Copeiro passou para R\$ 723,26. Antes da greve, muitos recebiam um vencimento inferior ao de um salário mínimo.
- 7) Criação de um GT (grupo de trabalho) para efetivar a Lei Federal

11.738 de 16/07/2008, que estipulou 1/3 de nossa carga horária para PLANEJAMENTO e número de alunos por turma.

- 8) Criação de um GT para o retorno da grade horária com 6 tempos de 50 minutos e demais questões pedagógicas.
- 9) Elaboração das carteiras funcionais para funcionários administrativos.
- 10) A prefeitura foi obrigada a criar um PCCR que trata os funcionários como educadores, embora não tenha a caracterização completa de uma unificação (PCCR – Lei Nº 5.498 de 2012). O Plano apresentado criou uma série de injustiças e distorções; a questão segue na Justiça, pois questionamos a constitucionalidade de muitos artigos.
 - 11) Criação do Fórum de debates sobre valorização da carreira.
 - 12) A SME abonou todas as faltas.
 - 13) Todos os processos administrativos, inquéritos e sindicâncias contra os servidores que aderiram à greve ficam definitivamente arquivados.
 - 14) A mobilização da categoria que levou 19 anos para ocupar as ruas.
 - 15) O reconhecimento da categoria de que as merendeiras são Cozinheiras escolares.
 - 16) O engajamento das aposentadas nessa luta.
 - 17) Nossa greve foi noticiada em todo o país e no exterior, e trouxe para o debate político a questão dos investimentos públicos na EDUCAÇÃO, a meritocracia e a privatização através das fundações.

Audiência com Costin discutiu pauta pedagógica e reposição

No dia 6 de novembro, o Sepe teve audiência com a secretária Cláudia Costin na sede da SME. Esta foi a primeira reunião realizada para tratarmos dos desdobramentos da audiência realizada no STF. Eis os assuntos discutidos:

Reposição: a SME afirmou que as escolas terão autonomia para debater com os responsáveis, CEC e profissionais de Educação para se construir a melhor forma de repor as aulas, sem ferir a qualidade dos conteúdos ne-

cessários e que são pré-requisitos para o ano seguinte.

Os profissionais farão a reposição exclusivamente em sua unidade escolar.

A SME também concorda com a semana de recesso entre o natal e o ano novo.

O Sepe destacou a proposta tirada em assembleia de não reposição em Janeiro, domingo e feriados e que tal reposição não poderia caracterizar punição, mas o compromisso da categoria com nossos alunos. A SME reafirmou que a comunidade escolar

tem autonomia para construção do melhor calendário e que será respeitado o debate de cada escola, com a participação dos professores que fizeram a greve.

Os funcionários não terão que dobrar o seu horário para a reposição até por que existe legislação que estabelece o tempo máximo de horário diário de qualquer trabalhador;

A SME enviará Circular para as unidades escolares esclarecendo sobre essas questões e sobre cada segmento da rede.

GT de 1/3 de planejamento

e GT pedagógico: a primeira reunião acontecerá no dia 21/11 às 10h e ocorrerá de 15 em 15 dias alternando com o GT pedagógico. A composição desses GTs será de 4 representantes da SME e 4 da direção do SEPE.

Fórum de Debate sobre a Valorização da Carreira: Esse terá a composição de 5 representantes da direção do SEPE, 5 da SME e 4 do CEC escolhidos entre eles, que poderão incluir 4 suplentes. A primeira reunião será do dia 2/12 às 1430h.

Por que a luta continua



Passeata da rede municipal (20/9)

MOTIVOS NÃO FALTAM:

1 – O PLANO APROVADO NÃO É UNIFICADO: a quantidade de níveis de progressão por tempo de serviço não é igual para todos (professores e funcionários) até o limite da aposentadoria. O plano aprovado estipula sete níveis para professores e quatro níveis para a grande maioria dos funcionários.

2 – O PLANO APROVADO NÃO REPRESENTA A VALORIZAÇÃO POR FORMAÇÃO: limita aos Professores de Ensino Fundamental (PEF) a valorização por lato-sensu, doutorado e pós-doutorado (mantendo o limite de vagas a serem criadas pelo executivo), e não esclarece quais serão os critérios e valores da valorização dos funcionários.

3 – O PLANO APROVADO NÃO REPRESENTA VALORIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO: mantém apenas 4% entre os níveis por tempo de serviço para professores e menos ainda para funcionários.

4 – O PLANO APROVADO IMPEDE OS PROFESSORES QUE INGRESSARAM NO MAGISTÉRIO COM NÍVEL MÉDIO DE SE ENQUADRAREM NO DOUTORADO E

PÓS-DOUTORADO.

5 – O PLANO APROVADO NÃO GARANTE O TEMPO LIVRE PARA ATIVIDADES EXTRA-CLASSE: o plano ignora a necessidade de adequar o município à determinação legal de 1/3 da carga horária livre para atividades extra-classe, como manda a lei federal 11.738.

6 – O PLANO APROVADO É UMA AMEAÇA À GESTÃO DEMOCRÁTICA: o plano não implementa a eleição direta para diretores de escolas.

7 – O PLANO APROVADO NÃO RECONHECE O TRABALHO DAS COZINHEIRAS ESCOLARES: o plano mantém a denominação merendeira.

8 – AUSÊNCIA DE DATA-BASE: o plano aprovado não fixa a data-base da categoria.

9- O PLANO APROVADO NÃO BENEFICIA 94% DA CATEGORIA, pois não permite que 94% dos profissionais sejam enquadrados por formação no doutorado e pós-doutorado e os demais 6% dependem da permissão da prefeitura.

REPOSIÇÃO NÃO PODE SER PUNIÇÃO

A assembleia da rede municipal definiu os critérios que deverão ser utilizados pela categoria para a reposição das aulas após a greve no município. O compromisso com a reposição das aulas para os nossos alunos significa um reconhecimento e uma retribuição a todo o apoio conferido a nós pela população. Veja o que foi aprovado na assembleia sobre a questão da reposição:

- 1) A rejeição de qualquer tipo de reposição aos domingos e feriados;
- 2) A garantia das nossas férias escolares, de 30 dias, em janeiro de 2014;
- 3) O estabelecimento do recesso de natal e ano novo a partir do dia 20/12, retornando, após as férias, em fevereiro de 2014 com atividades de reforço escolar;
- 4) A autonomia para cada unidade escolar construir o seu calendário de reposição (combinando contraturno, sexto tempo, sábado, etc.), respeitando as premissas acima;
- 5) Garantia do cálculo do horário de 1/3 de planejamento conforme lei Lei 11.738/2008, sobre os 50 dias da greve.
- 6) Apresentação do calendário proposto pela categoria à comunidade escolar.
- 7) Ressaltando que o trabalho dos profissionais administrativos e/ou readaptados, poderá ser incluído nessa resolução, visto que todos que participaram desse movimento estarão na escola durante os dias dessa reposição, sem nenhum prejuízo para nossos alunos e nem tão pouco para os que fizeram a greve.